



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2025

Garantia de alojamento para os estudantes

Proposta de Alteração

TÍTULO IX

Disposições complementares, finais e transitórias

CAPÍTULO I

Políticas setoriais

Artigo 128.º

Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior

- 1 - (...).
- 2 - Em 2025, são elencados, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, imóveis para integrarem o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), para além dos elencados no anexo II do Decreto-Lei n.º 30/2019, de 26 de fevereiro, nomeadamente repúblicas de estudantes e equipamentos públicos com pouca ou nenhuma utilização.
- 3 - (Anterior n.º 2).
- 4 - (Anterior n.º 3).



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

5- Para efeitos do presente artigo é atribuída a verba de € 208 000 000 no ano de 2025.

6 – É criada a Comissão de Acompanhamento do PNAES, constituída por um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, um representante do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), um representante do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), dois representantes dos estudantes eleitos no Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA), com o objetivo de monitorizar a execução do PNAES e de elaborar recomendações.

Assembleia da República, 7 de novembro de 2024

Os Deputados,

Paula Santos; António Filipe; Alfredo Maia

Nota Justificativa:

O direito de acesso aos mais elevados graus de ensino implica todas as condições para que qualquer estudante, independentemente da sua condição socioeconómica, possa frequentar o Ensino Superior. Além da gratuitidade da frequência, é necessário garantir a existência de apoios sociais, entre os quais, alojamento público em residências de estudantes.

A oferta pública de alojamento para estudantes de Instituições do Ensino Superior Públicas (IESP) continua a ser claramente insuficiente para o universo de alunos deslocados. É urgente a construção e requalificação de residências de estudantes.

O Governo anunciou em 2018 o Plano Nacional de Alojamento Estudantil, fruto de proposta do PCP, contudo o programa nunca teve o financiamento adequado para ser



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

aplicado. Assim, só com o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foram iniciados, tarde, os procedimentos para a requalificação e recuperação do alojamento estudantil.

No ano de 2025, de acordo com as Notas Explicativas do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, “prevê-se a conclusão de 64 projetos de residências para o alojamento de estudantes universitários, com um investimento total de 208 milhões”, destes 174 milhões serão financiados pelo PRR. Sendo um investimento importante, todavia, continuará a não dar resposta a todos os estudantes bolseiros deslocados, quanto mais a todos os estudantes deslocados. O número de camas que o Governo propõe aumentar até 2026 é insuficiente face ao número de estudantes deslocados que em 2023/2024 que estava nos 147 917. Hoje existem cerca de 15 000 camas, e para 2026 o Governo prevê que o número passe para cerca 26 000 camas.

De entre outras, urge por exemplo a construção de uma nova residência para estudantes nas Caldas da Rainha; a requalificação da residência Novais Barbosa no Porto, com a construção de uma cozinha, ou na Madeira, a construção da Residência na Quinta de São Roque, na Rua da Carreira, e a requalificação da Residência de Santa Maria.

O Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) carece de um claro investimento no sentido de criação de oferta pública e de medidas mais ambiciosas.

Assim, o PCP propõe o reforço de financiamento para o ano de 2025 no montante de 208 milhões de euros com o intuito de duplicar a oferta prevista para o PNAES prevista para esse ano. Propõe ainda a possibilidade de serem elencados neste programa outros equipamentos públicos com pouca ou nenhuma utilização e a reabilitação das chamadas repúblicas de estudantes. Propõe-se também a criação de uma Comissão de Acompanhamento do PNAES.